

**Proposta
nova política
de irrigação**

Página 2

Congresso promulga amanhã 4 emendas

Sessão solene inclui na Carta mudanças no conceito de empresa nacional, distribuição de gás, navegação de cabotagem e telecomunicações



A comissão presidida por Coutinho Jorge ouviu sexta-feira o ministro Paulo Paiva (E)

As Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados promulgam amanhã (terça-feira), em sessão solene do Congresso Nacional marcada para as 11h, as emendas constitucionais sobre distribuição de gás canalizado, empresa nacional, navegação de cabotagem e telecomunicações, aprovadas em segundo turno pelo Senado, na semana passada.

Das cinco propostas enviadas pelo governo alterando dispositivos constitucionais da Ordem Econômica, falta ser votada pelo Senado apenas a emenda que flexibiliza o monopólio estatal do petróleo. O parecer do relator, senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), que mantém o texto aprovado pela Câmara, será votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nesta quarta-feira (dia 16). Todas essas emendas dependem de legislação regulamentadora a ser enviada pelo governo ao Congresso.



Humberto Lucena

Lucena cobra fim das restrições ao crédito

O fim das restrições ao crédito e a redução das taxas de juros foram defendidos pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB). O senador acha que as condições macroeconômicas do momento são favoráveis a esses objetivos.

Página 3

MP DA DESINDEXAÇÃO

Governo e relator não chegam a acordo sobre os salários

Ao final do ciclo de debates na Comissão Mista do Congresso em torno da MP 1.079, com que o governo avança no processo de desindexação da economia, o Executivo e o relator da medida, senador Coutinho Jorge (PMDB-PA), constataram na manhã de sexta-feira uma divergência concreta em torno da proteção dos salários. O relator anunciou que seu parecer sobre o mérito da medida provisória, a ser votado hoje, a partir das 16h, trará uma fórmula de reposição salarial, enquanto o mi-

nistro Paulo Paiva, do Trabalho, reafirmou a oposição do Palácio do Planalto a qualquer mecanismo que represente indexação.

Na avaliação do ministro, ao longo de duas horas de discussões com os parlamentares, a melhor proteção para os salários é a conclusão do processo de aniquilação da inflação. Já o senador Coutinho Jorge confirmou que seu relatório vai propor uma fórmula de reposição integral do INPC para a faixa de até três salários.

**Valmir diz que
arrocho amplia
miséria no país**

Página 3

Requião critica a falta de políticas no país

Adoção de projetos estratégicos de longo prazo é defendida pelo senador. Página 4

Comissão propõe política de irrigação

Projeto é resultado de seis sessões de audiências públicas em que foram examinadas as potencialidades e problemas do Vale do São Francisco

Modernização do Senado

Por decisão da Comissão Diretora do Senado, foi aberto prazo de 10 dias para que os senadores apresentem suas sugestões aos projetos de resolução elaborados pela Assessoria Especial de Modernização, presidida pelo 2º secretário da Mesa, senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

As sugestões devem ser encaminhadas para a Assessoria Especial de Modernização, Anexo I, 25º andar, telefone 311-4212.

Em discussão o Código Civil

A Comissão Especial que estuda o projeto de Código Civil reúne-se amanhã para ouvir palestra do professor Álvaro Vilaça, da Universidade de São Paulo. A reunião terá início às 10h, na sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa.

Para debater o projeto com os senadores, já estiveram na comissão, no primeiro semestre, os juristas Miguel Reale e Moreira Alves. Presidida pelo senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), a comissão tem como relator o senador Josaphat Marinho (PFL-BA).

A Comissão Especial do Senado para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco, presidida pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), encerrou a primeira etapa de seus trabalhos com a apresentação de um relatório parcial e de um projeto de lei que estabelece a Política Nacional de Irrigação e Drenagem, encaminhado sexta-feira à tramitação.

Conforme o relator, senador Waldeck Ornellas (PFL-BA), a comissão optou por discutir

os temas pertinentes e aprovar gradativamente as propostas resultantes dos debates realizados. O projeto é produto de seis sessões de audiências públicas em que foram examinadas as potencialidades e problemas do Vale do São Francisco.

Entre as principais diretrizes contidas no projeto está o estabelecimento de bacias e



Waldeck Ornellas

sub-bacias hidrográficas como unidades de planejamento, aproveitamento e conservação de recursos naturais; a vinculação da outorga do uso da água para fins de irrigação às Políticas Nacionais de Recursos Hídricos e Meio Ambiente; e a participação e iniciativa de estados e municípios na formulação e implantação de projetos de irrigação.

Justiça agrária reduz conflitos, afirma Jucá

A criação da Justiça Agrária pode reduzir os conflitos fundiários no Brasil. O ponto de vista foi defendido sexta-feira pelo senador Romero Jucá (PFL-RR), ao defender a proposta de emenda constitucional de sua autoria que cria essa justiça especializada.

Jucá afirmou que a medida é indispensável para a restauração, entre as populações rurais, "da esperança de um futuro em que a sua cidadania seja realmente respeitada".

O senador pediu a superação de um estado de quase imobilidade no país, em que preva-

lece a timidez na adoção de medidas legislativas mais profundas. Ele lembrou o conflito armado entre posseiros e policiais em Rondônia.

Romero Jucá recebeu apertes dos senadores Bernardo Cabral (PP-AM) e Jefferson Peres (PSDB-AM). Cabral assinalou que o conflito fundiário no país decorre da profunda injustiça social no meio rural, enquanto Peres disse que o Brasil precisa deixar de lado as tentativas caricatas de reforma agrária, para operar mudanças que impulsionem o seu desenvolvimento.

Benedita cobra pressa na reforma

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) cobrou do governo mais agilidade no cumprimento das metas anunciadas para a instalação de assentamentos, principalmente nas áreas em que estão ocorrendo conflitos armados.

Benedita citou o massacre ocorrido em Rondônia e solicitou o empenho de todos os senadores no sentido de tomar iniciativas que acabem com esse tipo de situação.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h - Despachos internos.

14h30 - Preside Sessão Ordinária do Senado Federal.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Ordinária do Senado Federal

COMISSÕES

16h - Comissão Mista que analisa a MP 1.079, sobre a desindexação.

Pauta: Discussão e votação do parecer. Local: Sala 02 - Ala Nilo Coelho.

AGENDA DE TRABALHOS PARA AMANHÃ

CONGRESSO NACIONAL

11h - Sessão Solene

Pauta: Promulgação das emendas constitucionais sobre gás canalizado, empresa nacional, navegação de cabotagem e telecomunicações. Local: plenário da Câmara dos Deputados.

COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Votação de projetos. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão Especial do Código Civil

Pauta: Palestra do professor Álvaro Vilaça. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão Especial do Vale do São Francisco

Pauta: Paineis sobre financiamento do Vale do São Francisco. Palestrantes: representantes do Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil, BNDES e da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

18h - Comissão Especial da Reforma Político-Partidária

Pauta: Exposição do relator da Comissão da Reforma Política, Eleitoral-Partidária da Câmara, deputado João Almeida. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

Simon condena governo por manter Dallari

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) manifestou sexta-feira sua discordância quanto à forma como o governo vem conduzindo o episódio envolvendo José Milton Dallari. Simon criticou a iniciativa do ministro da Fazenda, Pedro Malan, de mandar apurar como se deu o vazamento para a imprensa das investigações que a Receita Federal vem fazendo, há um ano, sobre atividades privadas do secretário de Acompanhamento Econômico.

Cabral é contra o fim da contribuição para Senai e Senac

A proposta de se acabar com as contribuições para os serviços sociais da indústria e comércio - Sesi, Senai, Sesc e Senac -, no sentido de se aliviar a folha de pagamento das empresas, foi criticada sexta-feira pelo senador Bernardo Cabral (PP-AM).

O senador disse que essas contribuições representam apenas 2,5 por cento dos encargos sociais cobrados das empresas e o fim daqueles serviços causaria grande prejuízo aos trabalhadores.

Ramez Tebet quer reforma tributária já

A legislação tributária em vigor é asfixiante e exige correções urgentes. A advertência foi feita sexta-feira pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), para quem o governo deve propor uma reforma que restitua a justiça social, crie oportunidades de emprego e livre o comércio da falência.

Segundo Tebet, o empobrecimento da classe média e a falência do comércio e dos municípios brasileiros são produtos da asfixia tributária, e a expectativa popular é que o governo proponha justiça fiscal.

Lucena defende fim das restrições ao crédito

Medidas de contenção do consumo provocam uma onda fortíssima de quebra de empresas em todo o país, adverte o senador

A rápida flexibilização da política monetária, com o fim das restrições ao crédito e a redução das taxas de juros, foi defendida pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB), certo de que as condições macroeconômicas do momento são favoráveis a esse objetivo. Segundo Lucena, as medidas adotadas para conter o crescimento da

economia e impedir a volta do processo inflacionário não podem prevalecer por muito mais tempo porque vêm provocando "uma fortíssima quebra de empresas em todo o país".

Lucena disse que a permanência dessa situação é injustificável num país que, nas palavras do próprio presidente da República, já não

enfrenta maiores turbulências na área econômica. De acordo com o senador, as medidas anticonsumo, adotadas em 22 de fevereiro e reiteradas em 29 de março e 27 de abril, tiveram um efeito devastador, resultando numa onda recorde de inadimplência, pedidos de concordata e falência de empresas.

Valmir critica combate à inflação com miséria

"De que adianta ter um país sem inflação, mas com povo miserável, sem acesso aos bens de consumo mais essenciais?" - a questão foi levantada sexta-feira pelo senador Valmir Campelo (PTB-DF), ao argumentar que, apesar de os técnicos do governo afirmarem que seu objetivo não é promover a recessão, os indicadores econômicos sinalizam grande desaceleração



Valmir Campelo

nas vendas.

"Tudo pelo Plano Real é o lema do governo. Mas será que os economistas de plantão não exageraram na dose? Não estão matando o doente em vez de curá-lo? O Plano Real é extremamente bem concebido. Todos sabemos disso. Mas sabemos, também, que é paupérrimo em propostas para retomada do desenvolvimento", afirmou Valmir.

Wilson pede reinício das obras da Transnordestina

A retomada da construção da ferrovia Transnordestina foi defendida sexta-feira pelo senador Carlos Wilson (PSDB-PE), lembrando que a execução desse projeto complementar a implantação de um corredor ferroviário que integrará as re-



Carlos Wilson

giões produtivas do país, pelo interior, de Itaqui, no Maranhão, a Livramento, no Rio Grande do Sul.

Segundo Wilson, a Transnordestina viabilizará ainda a integração multimodal de transporte, com a ligação de todos os estados do Nordeste entre si e da região com o resto do Brasil. Estima-se que a ferrovia poderá gerar até 30 mil empregos diretos durante sua construção.



José Roberto Arruda

Arruda anuncia saída do PP

Por discordar da decisão das lideranças de seu partido de fundir-se com o PPR e o PTB, para formar uma nova legenda partidária, o senador José Roberto Arruda (DF) anunciou sexta-feira a sua saída do PP.

Arruda explicou que sua atitude obedece a um dever de consciência, coerente com princípios e ideais que sempre defendeu em sua vida pública. O senador garantiu que sempre teve uma convivência harmônica com seus colegas de partido, baseada no respeito mútuo e na amizade pessoal.

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (AM), líder do PP, disse que a postura política de Arruda deve ser respeitada pela nova sigla e pelos ex-colegas do PP.

Requião critica a falta de políticas para o país

Adoção de projetos estratégicos permanentes é defendida pelo senador, que condena "abertura comercial sem planejamento"

O governo perdeu a visão da dignidade, afirmou o senador Roberto Requião (PMDB-PR), ao criticar a falta de políticas industrial, técnico-científica, agrícola e educacional, enquanto se pratica "uma abertura comercial sem planejamento". Segundo o senador, o Executivo tem governado pressionando o Congresso Nacional a aprovar emendas, "algumas inócuas e ridículas".

O senador defendeu a adoção de programas de treinamento e reciclagem de professores, através da efetiva aplicação do montante de recursos previsto pela Constituição, e uma solução definitiva nas



Requião

questões fundiárias como forma de diminuir a favelização das grandes cidades.

A adoção de projetos estratégicos permanentes e de longo prazo também foi defendida por Requião, ao sugerir que a entrada de capital estrangeiro no Brasil seja obrigatoriamente acompanhada da garantia de assimilação de técnicas e conhecimentos que modernizem o país.



Marluce Pinto

Marluce quer a Venezuela no Mercosul

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) afirmou que a entrada da Venezuela no Mercosul representará o acesso de mais estados brasileiros aos benefícios propiciados pela entidade e oportunidade única para o estado de Roraima desenvolver-se.

Ela disse ter consciência de que a integração de seu estado ao Mercosul não se dará por um passe de mágica, mas requer pesados investimentos em infra-estrutura.

Marina lembra Florestan

A maior homenagem que o governo poderia prestar ao político e sociólogo Florestan Fernandes, falecido no dia 10, seria debruçar-se sobre os problemas sociais do país - a recomendação foi feita pela senadora Marina Silva (PT-AC), que apelou ao presidente Fernando Henrique Cardoso, ex-aluno de Florestan, no sentido de que "olhe com carinho" para a situação em que se encontra a saúde do país.

LDB deve ser votada logo, diz Bezerra

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) cobrou a imediata votação, pelo Senado, da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) na forma do substitutivo apresentado pelo então senador Cid Sabóia de Carvalho. Segundo Bezerra, essa versão é fruto de intensos debates e estudos promovidos por parlamentares junto a todos os segmentos sociais interessados na questão.

O substitutivo ao projeto de LDB, conforme o senador, contempla os pontos mais relevantes, como aspectos conceituais; organização do sistema; avaliação; educação básica; educação superior; educação indígena; educação especial; financiamento; carreira profissional; educação de jovens e adultos.

Júlio Campos tem projeto para equilíbrio cambial

O senador Júlio Campos (PFL-MT) apresentou na sexta-feira projeto de lei que autoriza o Banco Central a vender parte das reservas cambiais brasileiras e os bancos privados a fazer empréstimos em moeda estrangeira. Ele explicou que sua proposta visa a restabelecer a racionalidade na situação cambial e monetária do país.

Campos lembra que o Brasil foi obrigado a aumentar exageradamente a taxa de juros, a fim de criar atrativos para o capital externo e frear a evasão de moeda estrangeira, de modo a evitar o "efeito tequila" - a crise cambial que quase quebrou o México. Com o retorno em larga escala dos dólares para investimento especulativo, observou, o Banco

Central é obrigado a esterilizar esses dólares, retirando-os do mercado e emitindo reais e títulos públicos, o que provoca um endividamento público que está sufocando o país.

VOZ DO BRASIL

Júlio Campos também defendeu a manutenção do programa radiofônico *A Voz do Brasil*, alvo de um projeto de lei da Câmara, do deputado Cunha Bueno, que propõe sua extinção. "*A Voz do Brasil* é único elo de ligação de milhões de cidadãos brasileiros do interior com o restante do país, gente que não tem acesso à televisão e nem mesmo aos jornais das capitais de seu próprio estado, quanto mais aos jornais das grandes capitais brasileiras", disse.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ermandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djálba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo e Márcia Kalume ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.